



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 579

00201

DATA 18/09/2012	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579/2012			
Deputado DANILO FORTE			AUTOR	
			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º A alocação das cotas a que alude o inciso II do §1º do art. 1º será estabelecida pela ANEEL, em conformidade com o regulamento do poder concedente, observado o disposto a seguir:

§1º Os contratos de compra e venda de energia elétrica gerada por termelétricas, celebrados entre uma concessionária de distribuição e uma empresa geradora que tenham o mesmo controlador, que tenham sido registrados na ANEEL, serão rateados entre todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

§2º Caberá à ANEEL, conforme regulamento do poder concedente, instituir mecanismo para compensar as variações no nível de contratação das concessionárias de distribuição do SIN, decorrente da alocação de cotas a que se refere o *caput* deste artigo.

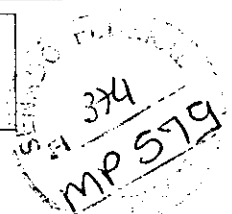
§3º Ocorrendo excedente no montante de energia contratada pelas concessionárias de distribuição do SIN, haverá cessão compulsória de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, cujo suprimento já tenha se iniciado ou venha a se iniciar até o ano para o qual a cota foi definida, para a concessionária de distribuição que tenha redução no montante de energia contratada."

JUSTIFICAÇÃO

O marco legal do setor elétrico vigente até a edição da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, convertida na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, permitia a ocorrência do denominado *self-dealing*. Isto é, distribuidoras de energia elétrica controladas por um determinado grupo poderiam celebrar contratos de compra e venda de energia com uma empresa geradora do mesmo grupo e repassar esse preço às tarifas de energia elétrica.

Trata-se evidentemente, de uma falha do modelo antigo, que vem causando prejuízo a milhões de consumidores. Com efeito, o preço da energia comercializada ao abrigo de tais contratos era e continua a ser bem superior aos preços da energia comercializada por meio dos leilões públicos de energia promovidos pela ANEEL. Esse ônus imposto aos

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA
18/09/2012PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579/2012Deputado **DANILO FORTE**

AUTOR

Nº PRONTUÁRIO

1 () SUPRESSIVA

2 () SUBSTITUTIVA

TIPO
3 (X) MODIFICATIVA

4 () ADITIVA

5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

consumidores é particularmente elevado no caso das unidades consumidoras atendidas pela Companhia Energética do Ceará – COELCE e pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.

No momento em que se discute como capturar o ganho da operação de usinas hidrelétricas amortizadas em benefício dos consumidores, nada mais justo que o custo de transição para o modelo estabelecido pela Lei nº 10.848, de 2004, leia-se a manutenção dos contratos feitos sob a vigência do marco legal anterior, seja suportado por todos os consumidores e não apenas por aqueles que são atendidos por distribuidoras que celebraram contratos de *self-dealing*.

Para eliminar essa injustiça, propõe-se que os contratos de compra e venda de energia elétrica gerada por termelétrica, que tenham sido celebrados por concessionárias de distribuição com empresas geradoras que tenham o mesmo controlador, sejam rateados entre todas as concessionárias de distribuição do Sistema Interligado Nacional.

ASSINATURA

